

## CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:** Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas, Parecer do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes. Em 2017, a Seguradora atingiu prêmios ganhos de R\$ 554 milhões, aumento de 6% comparado ao mesmo período do

ano anterior, com lucro líquido do exercício de quase R\$ 23 milhões, e ativos totais de R\$ 844 milhões, atingindo a lucratividade esperada para o exercício o que demonstra o alinhamento da estratégia e a consistência dos resultados alcançados. As expectativas para o ano de 2018 são positivas, com manutenção das vendas e da rentabilidade, proporcionadas pelo fortalecimento de nossas parcerias de distribuição de

## BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo Circulante	Nota	2017	2016
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>1.515</b>	<b>2.551</b>
Caixa e bancos		1.515	2.551
<b>Aplicações Financeiras</b>	5	<b>187.973</b>	<b>177.982</b>
<b>Créditos das Operações com Seguros e Resseguros</b>		<b>109.914</b>	<b>159.274</b>
Prêmios a receber	6	87.471	123.300
Operações com seguradoras		10.715	30.535
Outros créditos operacionais		11.728	5.435
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>21.934</b>	<b>2.438</b>
Títulos e créditos		2.229	4.057
Créditos tributários e previdenciários	7	15.356	14.339
Outros créditos		4.320	2.739
<b>Despesas Antecipadas</b>		<b>297</b>	<b>-</b>
Administrativas		297	-
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b>	8	<b>169.436</b>	<b>158.572</b>
Seguros		169.436	158.572
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>353.031</b>	<b>339.704</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>268.472</b>	<b>248.080</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>	5	<b>200.695</b>	<b>170.229</b>
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b>	8	<b>67.777</b>	<b>77.851</b>
Seguros		67.777	77.851
<b>Imobilizado</b>	9	<b>739</b>	<b>722</b>
Bens móveis		739	722
<b>Intangível</b>	10	<b>83.820</b>	<b>90.902</b>
Outros intangíveis		83.820	90.902

Total do Ativo **844.100** **859.218**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo Circulante	Nota	2017	2016
<b>Contas a Pagar</b>		<b>34.060</b>	<b>34.643</b>
Obrigações a pagar	11	24.362	21.733
Impostos e encargos sociais a recolher		6.049	9.119
Encargos trabalhistas		1.391	1.360
Impostos e contribuições		2.258	2.431
<b>Débitos das Operações com Seguros e Resseguros</b>	12	<b>62.963</b>	<b>129.802</b>
Prêmios a restituir		2.369	2.186
Operações com seguradoras		18.769	50.907
Operações com resseguradoras		15.225	225
Corretores de seguros e resseguros		5.024	3.786
Outros débitos operacionais		36.476	72.698
<b>Depósitos de Terceiros</b>	13	<b>2.773</b>	<b>4.365</b>
Depósitos de terceiros		2.773	4.365
<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	14	<b>405.100</b>	<b>349.687</b>
<b>Danos</b>		<b>405.100</b>	<b>349.687</b>
Provisão de prêmios não ganhos		288.461	255.044
Provisão de sinistros a liquidar		37.483	32.297
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		74.806	59.768
Provisão de despesas relacionadas		3.902	2.033
Provisão de despesas administrativas - DPVAT		448	545
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>120.966</b>	<b>125.687</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>120.966</b>	<b>125.687</b>
<b>Contas a Pagar</b>		<b>3.226</b>	<b>1.449</b>
Tributos diferidos		3.226	1.449
<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	14	<b>104.120</b>	<b>112.506</b>
<b>Danos</b>		<b>104.120</b>	<b>112.506</b>
Provisão de prêmios não ganhos		104.120	112.506
<b>Provisões Judiciais</b>	20	<b>13.820</b>	<b>11.732</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	15	<b>218.238</b>	<b>215.034</b>
Capital social estrangeiro		194.906	194.906
Reserva de lucros		19.418	18.370
Ajuste com títulos e valores mobiliários		3.914	1.758
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>844.100</b>	<b>859.218</b>

(Em milhares de reais)

Capital Social Estrangeiro	Aumento de Capital Social em Aprovação	Reserva de Lucros		Ajuste TVM (1.863)	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária			
97.906	97.000	909	7.870	-	-	201.822
-	(97.000)	-	-	3.621	22.007	22.007
-	-	1.100	-	-	(1.100)	-
-	-	-	(7.189)	-	-	(7.189)
-	-	-	15.680	-	(15.680)	-
-	-	-	-	2.156	(5.227)	(5.227)
194.906	-	2.009	16.361	1.758	215.034	215.034
-	-	-	-	2.156	-	2.156
-	-	1.132	-	-	22.637	22.637
-	-	-	(16.213)	-	-	(16.213)
-	-	-	16.129	-	(16.129)	-
-	-	-	-	(1.132)	(5.376)	(5.376)
194.906	-	3.141	16.277	3.914	218.238	218.238

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2015	Em 31 de dezembro de 2016	Em 31 de dezembro de 2017
Portaria SUSEP nº 12, de 24/06/16	97.906	97.000
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Reserva legal	-	-
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/16 e AGE de 20/05/16	-	-
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,03 por ação)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>194.906</b>	<b>194.906</b>
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Reserva legal	-	-
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/17	-	-
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,03 por ação)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>194.906</b>	<b>194.906</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2017

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, do Grupo BNP Paribas Cardif. Constituída em 25 de maio de 2006, conforme assembleia geral de seus acionistas, foi autorizada pelo Ministério da Fazenda a operar nos seguros de danos, e pela SUSEP, através da Portaria SUSEP nº 2.500 de 16 de agosto de 2006. A Seguradora tem por objeto social a realização de todas as operações de seguros de danos, como definidos pela legislação vigente. Está localizada na Rua Camargo de Toledo, 98, 4º andar, conjunto 41, Chácara Itaim, CEP 04536-010, na Cidade de São Paulo/SP. Foi assinado contrato com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., empresa do Grupo BNP Paribas Cardif, no qual esta se compromete a compartilhar os custos relacionados à gestão operacional e administrativa das operações da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.. Os custos das operações são ressarcidos à Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. conforme acordo. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26/02/2018.

## 2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas segundo critérios estabelecidos pela Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As práticas contábeis são classificadas como ativos circulantes, ou fundos de investimento, ou ativos não circulantes. Abertas de Fundação Complementar, pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados a valor justo com efeitos no Patrimônio Líquido, e os ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo por meio de resultado. As práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariam as disposições do órgão regulador e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As práticas contábeis que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, e que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. A Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, definem critérios para fins de cálculo da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) e da parcela da Provisão de Prêmios Não Ganhos relativa aos Riscos Vigenes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), a serem adotados pelas seguradoras que não possuem base de dados suficiente para utilização de metodologia própria. Os critérios adotados pela Seguradora para a constituição destes passivos estão descritos na Nota 2.1.1.1. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando o valor da quota informada pelos administradores do fundo, na data do balanço. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários e apropriado ao resultado no momento de sua realização. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. **c) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando os identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por redução ao valor recuperável. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" líquidos no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como "disponíveis para venda", são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte do "resultado financeiro". **2.4.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** **a) Ativos negociados ao custo amortizado:** A Seguradora avalia, na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outros reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. **2.4.4 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5 Aplicações financeiras:** O saldo das aplicações financeiras referentes aos títulos públicos federais (LFTs, LTNs, NTNs-B e NTNs-F) e títulos privados (LFs e debêntures) está classificado na categoria "disponíveis para venda", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos. Consequentemente para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre circulante e não circulante. As quotas de fundos de investimentos e os Certificados de Depósito Bancário (CDB) estão classificados como títulos disponíveis para venda. **2.6 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são constituídas por contratos de exclusividade na distribuição de prêmios de seguros que são reconhecidos no resultado considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. A despesa antecipada é contabilizada e amortizada ao longo do resultado levando em consideração benefícios econômicos esperados. **2.7 Ativo imobilizado:** Os ativos imobilizados estão registrados ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. **2.8 Ativo intangível:** Ativo intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. É resultante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Seguradora, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: **a) Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis são aqueles que não são identificáveis com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outros reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outros reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outros reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outros reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outros reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outros reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outros reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outros reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outros reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outros reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outros reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outros reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outros reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outros reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada exercício de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor

## CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

## Sensibilidade em 31 de dezembro de 2017

Taxa	Taxa de juros 2%	Taxa de juros -2%	Sinistralidade (1) -10%
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições (R\$ mil)	3.503	(11.559)	15.804
Impacto sobre o patrimônio líquido (R\$ mil)	1.927	(6.358)	8.692

## Sensibilidade em 31 de dezembro de 2016

Taxa	Taxa de juros 2%	Taxa de juros -2%	Sinistralidade (1) -10%
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições (R\$ mil)	2.039	(9.930)	12.352
Impacto sobre o patrimônio líquido (R\$ mil)	1.121	(5.462)	6.793

(1) Na hipótese de a sinistralidade apresentar variação de +10% os impactos econômicos seriam inversamente proporcionais aos apresentados no quadro acima.

**Limitações da análise de sensibilidade:** Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, os impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração da Seguradora de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas de forma confiável, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

**Sensibilidade das estimativas:** Os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados. Quando estimativas são usadas, estas se baseiam em uma combinação de evidências de terceiros independentes e modelos desenvolvidos internamente, ajustados aos dados de mercado observáveis, quando possível. Enquanto que essas avaliações são sensíveis a estimativas, acredita-se que alterar uma ou mais premissas para premissas alternativas razoavelmente possíveis não alteraria o valor justo de maneira significativa.

**Concentração de riscos:** O risco de catástrofe natural é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a perigos. Essas avaliações abordam principalmente o risco de tornados, granizo, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outras, incêndios em grande escala e terrorismo. Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos poderiam efetivamente ocorrer. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

## Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2017

Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-oeste	Total
Extensão de garantias	75.337	25.321	24.166	3.161	12.596	140.581
Compreensivo residencial	5.121	1.679	1.608	217	825	9.450
Riscos diversos	146.013	48.604	46.100	6.008	24.101	270.826
Automóvel	26.994	9.950	9.340	1.253	4.890	52.427
Roubo	9.038	3.172	2.859	391	1.595	17.055
Fiança locatícia	16.494	5.816	5.566	709	2.845	31.430
Microseguros de danos	29.704	-	-	-	-	29.704
DPVAT	12.941	5.406	4.986	1.587	2.567	27.487
<b>Total</b>	<b>321.642</b>	<b>99.948</b>	<b>94.625</b>	<b>13.326</b>	<b>49.419</b>	<b>578.960</b>

## Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2016

Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-oeste	Total
Extensão de garantias	95.510	25.733	23.712	4.055	14.826	163.836
Compreensivo residencial	4.467	1.192	1.108	198	697	7.662
Riscos diversos	163.630	42.501	39.119	6.813	24.242	276.305
Automóvel	30.177	7.832	7.278	1.309	4.575	51.171
Roubo	16.399	4.157	3.849	702	2.470	27.577
Fiança locatícia	2.421	648	612	92	359	4.132
DPVAT	18.609	7.913	7.109	2.209	3.751	39.591
<b>Total</b>	<b>331.213</b>	<b>89.976</b>	<b>82.787</b>	<b>15.378</b>	<b>50.920</b>	<b>570.274</b>

**b) Risco de crédito:** Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. O risco de crédito relacionado à operação de seguros da Seguradora está integralmente concentrado nos parceiros de venda, que repassam os valores dos prêmios à Seguradora, independentemente do seu recebimento pelo seguro. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seus parceiros comerciais, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora, distribuídos por rating de crédito divulgados por agências renomadas de rating (*Standard & Poor's, Fitch Ratings Brasil e Moody's*). Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem, substancialmente, a valores relativos a investimentos em quotas de fundos e prêmios a receber.

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2017	AAA	AA+	AA-	A+	A-1	F1+	Sem rating	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	1.515	1.515
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	-	134.166	134.166
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	13.239	-	-	13.239
Títulos de renda fixa privados	17.551	1.973	8.345	2.755	-	-	-	30.624
Títulos de renda fixa públicos	-	-	210.639	-	-	-	-	210.639
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	-	87.471	87.471
<b>Total</b>	<b>17.551</b>	<b>1.973</b>	<b>218.984</b>	<b>2.755</b>	<b>13.239</b>	<b>223.152</b>	<b>-</b>	<b>477.654</b>

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2016	AAA	AA+	AA-	A+	A-1	F1+	Sem rating	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	2.551	2.551
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	-	127.334	127.334
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	5.202	8.240	-	13.442
Títulos de renda fixa privados	15.837	1.053	4.417	2.490	-	-	-	23.797
Títulos de renda fixa públicos	-	-	183.638	-	-	-	-	183.638
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	-	123.300	123.300
<b>Total</b>	<b>15.837</b>	<b>1.053</b>	<b>188.055</b>	<b>2.490</b>	<b>8.240</b>	<b>253.185</b>	<b>-</b>	<b>474.062</b>

**c) Risco de liquidez:** Está relacionado tanto com a incapacidade da Seguradora saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Controles exaustivos da liquidez são mantidos para garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Gerenciamento do risco de liquidez:** É realizado pelo Departamento Financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Seguradora a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. **Controle do risco de liquidez:** São elaboradas análises de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar os riscos financeiros. Adicionalmente, é mantida uma "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de stress. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente foco nas condições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. **Gerenciamento de ativos e passivos (Assets and Liabilities Management - ALM):** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

	0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado	Total
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</b>								
Quotas de fundos de investimentos abertos	134.166	-	-	-	-	-	-	134.166
Certificados de depósitos bancários	5.109	8.130	-	-	-	-	-	13.239
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>								
Títulos de renda fixa privados	-	295	3.019	2.755	20.730	3.825	-	30.624
Títulos de renda fixa públicos	9.280	-	25.219	-	48.712	127.428	-	210.639
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>								
Prêmios a receber de seguros	87.471	-	-	-	-	-	-	87.471
Operações com seguradoras	10.715	-	-	-	-	-	-	10.715
Caixa e equivalentes de caixa	1.515	-	-	-	-	-	-	1.515
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	237.213	237.213
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>248.256</b>	<b>8.425</b>	<b>28.238</b>	<b>2.755</b>	<b>69.442</b>	<b>131.253</b>	<b>237.213</b>	<b>725.582</b>
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	509.220	509.220
<b>Passivos financeiros</b>								
Obrigações a pagar	24.362	-	-	-	-	-	-	24.362
Impostos, contribuições e encargos sociais	8.307	-	-	-	-	-	-	8.307
Débitos de operações com seguros e resseguros	62.963	-	-	-	-	-	-	62.963
Encargos trabalhistas	1.391	-	-	-	-	-	-	1.391
Depósitos de terceiros	2.773	-	-	-	-	-	-	2.773
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>99.796</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>509.220</b>	<b>609.016</b>

## Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2016

	0 - 3 meses	4 - 6 meses	7 - 9 meses	10 - 12 meses	13 - 24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado	Total
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</b>								
Quotas de fundos de investimentos abertos	127.334	-	-	-	-	-	-	127.334
Certificados de depósitos bancários	5.201	8.241	-	-	-	-	-	13.442
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>								
Títulos de renda fixa privados	-	-	2.203	-	5.817	15.777	-	23.797
Títulos de renda fixa públicos	16.083	2.722	16.198	-	38.069	110.566	-	183.638
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>								
Prêmios a receber de seguros	123.300	-	-	-	-	-	-	123.300
Operações com seguradoras	30.535	-	-	-	-	-	-	30.535
Caixa e equivalentes de caixa	2.551	-	-	-	-	-	-	2.551
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	236.423	236.423
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>305.004</b>	<b>10.963</b>	<b>18.401</b>	<b>-</b>	<b>43.886</b>	<b>126.343</b>	<b>236.423</b>	<b>741.030</b>
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	462.193	462.193
<b>Passivos financeiros</b>								
Obrigações a pagar	21.733	-	-	-	-	-	-	21.733
Impostos, contribuições e encargos sociais	11.550	-	-	-	-	-	-	11.550
Débitos de operações com seguros e resseguros	129.802	-	-	-	-	-	-	129.802
Encargos trabalhistas	1.360	-	-	-	-	-	-	1.360
Depósitos de terceiros	4.365	-	-	-	-	-	-	4.365
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>168.810</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>462.193</b>	<b>631.003</b>

Os títulos públicos de renda fixa da Seguradora são classificados como disponíveis para venda, sendo ajustados ao valor de mercado, estando disponíveis para serem vendidos em qualquer momento independentemente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para Seguradora. **d) Risco de mercado:** É a exposição à ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado, incluindo variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações, dos índices de preços e outros índices sobre esses fatores de risco. **e) Risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional. **f) Gestão do capital: Gerenciamento de capital:** O gerenciamento de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores). Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização de ambos os níveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na Nota 16, com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

## 5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representadas por títulos públicos e privados de renda fixa, avaliados ao valor de mercado na data do balanço:

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de referência (i)	Ajuste da avaliação a mercado
<b>Títulos para negociação (ii)</b>	<b>134.166</b>	<b>13.239</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>147.405</b>	<b>147.405</b>	<b>-</b>
Quotas de fundos de investimentos abertos	134.166	-	-	-	134.166	134.166	-
Certificados de depósitos bancários	-	13.239	-	-	13.239	13.239	-
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>7.098</b>	<b>2.477</b>	<b>30.993</b>	<b>200.695</b>	<b>241.263</b>	<b>234.148</b>	<b>7.115</b>
Títulos de renda fixa privados	-	295	5.774	24.555	30.624	30.517	107
Títulos de renda fixa públicos	7.098	2.182	25.219	176.140	210.639	203.631	7.008
<b>Total em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>141.264</b>	<b>15.716</b>	<b>30.993</b>	<b>200.695</b>	<b>388.668</b>	<b>381.553</b>	<b>7.115</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>142.345</b>	<b>17.236</b>	<b>18.400</b>	<b>170.230</b>	<b>348.211</b>	<b>345.016</b>	<b>3.195</b>

(i) Representa o valor do custo atualizado para os títulos e valores mobiliários; (ii) Os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento.

## Movimentação em 31 de dezembro de 2017

Aplicações	Saldo em 31/12/2016	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/2017
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	127.334	168.620	12.226	-	(174.014)	134.166
Certificados de depósitos bancários (a)	13.442	26.000	1.333	-	(27.536)	13.239
Títulos de renda fixa privados (c)	23.797	8.300	2.681	58	(4.212)	30.624
Títulos de renda fixa públicos (b)	183.638	164.809	21.166	3.862	(162.836)	210.639
<b>Total</b>	<b>348.211</b>	<b>367.729</b>	<b>37.406</b>	<b>3.920</b>	<b>(368.598)</b>	<b>388.668</b>

## Movimentação em 31 de dezembro de 2016

Aplicações	Saldo em 31/12/2015	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/2016
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	77.544	181.559	13.759	-	(145.528)	127.334
Certificados de depósitos bancários (a)	8.231	25.780				

**CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2017**

(Em milhares de reais)

**d) Tabela de desenvolvimento de sinistros**

Ano de Ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
No final do ano de divulgação	607	2.367	2.430	3.592	6.772	22.567	37.883	53.473	73.662	117.886	—
1 ano depois	478	2.709	3.176	3.629	7.521	24.769	38.972	56.630	76.790	—	—
2 anos depois	476	3.009	3.289	3.692	7.729	24.797	39.254	56.910	—	—	—
3 anos depois	466	3.038	3.314	3.755	7.726	25.011	39.561	—	—	—	—
4 anos depois	463	3.020	3.375	3.739	7.746	25.327	—	—	—	—	—
5 anos depois	474	3.060	3.440	3.729	7.752	—	—	—	—	—	—
6 anos depois	519	3.130	3.444	3.727	—	—	—	—	—	—	—
7 anos depois	590	3.128	3.441	—	—	—	—	—	—	—	—
8 anos depois	590	3.129	—	—	—	—	—	—	—	—	—
9 anos depois	590	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estimativa corrente	590	3.129	3.441	3.727	7.752	25.327	39.561	56.910	76.790	117.886	335.114
Pagamentos acumulados	590	3.128	3.437	3.726	7.689	24.848	39.150	56.349	75.471	94.577	308.965
Ajuste da PSL (IBNeR)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	844
<b>Passivo reconhecido no balanço</b>	<b>—</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>62</b>	<b>479</b>	<b>411</b>	<b>561</b>	<b>1.320</b>	<b>23.309</b>	<b>26.993</b>

(i) A Seguradora participa do convênio DPVAT administrado pela Seguradora Lider S/A, com o percentual de 0,94821% em 31 de dezembro de 2017 (0,93613% em 31 de dezembro de 2016). Os saldos das provisões técnicas constituídas complementarmente referentes ao DPVAT estão demonstrados abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão de sinistros a liquidar	10.490	14.261
Provisão IBNR	69.285	56.201
Provisão de despesas administrativas DPVAT	448	545
<b>Total</b>	<b>80.223</b>	<b>71.007</b>

**e) Teste de Adequação dos Passivos (TAP)** O resultado do teste efetuado em conformidade com a Circular SUSEP nº 17/15 e alterações posteriores, demonstrou suficiência na adequação dos passivos, não sendo necessária desta forma a constituição de qualquer provisão complementar de cobertura.

**15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Composição do capital social:** Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Seguradora totaliza R\$ 194.906, subscrito, integralizados e aprovados pela SUSEP divididos em 194.906.023 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **b) Reservas de lucros:** As reservas de lucros são compostas por R\$ 3.141 (R\$ 2.009 em 31 de dezembro de 2016) referentes à reserva legal e R\$ 16.277 (R\$ 16.361 em 31 de dezembro de 2016) de reserva de retenção de lucros para futura destinação dos acionistas. **c) Dividendos:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2017, os acionistas deliberaram pela distribuição da reserva estatutária de lucros através de dividendos no valor de R\$ 21.440. Sendo R\$ 5.227 a título de dividendos mínimos obrigatórios de 2016, e R\$ 16.213 como destinação das reservas de lucros existentes, totalmente pagos aos acionistas em 23 de maio de 2017. Em 31 de dezembro de 2017 foram constituídos os montantes de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido conforme determinado no estatuto social da Seguradora, no valor de R\$ 5.376.

**16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO E LIQUIDEZ EM RELAÇÃO AO CAPITAL DE RISCO**

As sociedades seguradoras deverão apresentar em cada fechamento mensal, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, o CMR equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (risco de subscrição, de crédito e operacional) e a liquidez em relação ao CR a situação caracterizada quando a sociedade apresentar suficiência de cobertura das provisões técnicas superior a 20% (vinte por cento) do capital de risco. A suficiência destes indicadores de solvência está demonstrada abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio líquido	218.238	215.034
(+/-) Ajustes contábeis	(75.000)	(76.940)
(+/-) Ajustes econômicos	2.806	6.654
<b>Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)</b>	<b>146.044</b>	<b>144.748</b>
<b>Capital Mínimo Requerido (CMR)</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>a) Capital base</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
<b>b) Capital de risco</b>	<b>80.699</b>	<b>93.319</b>
(+) Capital de risco de subscrição	64.814	78.954
(+) Capital de risco de crédito	16.093	15.283
(+) Capital de risco operacional	3.711	3.699
(+) Capital de risco de mercado	8.642	6.654
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(12.561)	(11.271)
<b>Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)</b>	<b>80.699</b>	<b>93.319</b>
<b>Liquidez em relação ao Capital de Risco (CR)</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
(+) Suficiência de cobertura em relação as provisões técnicas (Nota 14 c)	93.507	169.558
(-) 20% do capital de risco	(14.859)	(17.650)
<b>Liquidez apurada</b>	<b>78.618</b>	<b>151.908</b>

(1) Valor do capital de risco de mercado refere-se a 100% do valor apurado; (2) Valor do capital de risco de mercado refere-se a 50% do valor apurado.

**17 DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO**

**a) Ramo de atuação:** Dos ramos de atuação com os quais a Seguradora opera, os principais são a extensão de garantias (garantia estendida) e compreensivo residencial. O primeiro, objetiva fornecer ao segurado a extensão ou complementação da garantia original de fábrica estabelecida no contrato de compra e venda de bens; e o segundo é destinado a residências individuais, casas e apartamentos cobrindo perdas relativas, principalmente, a roubo e furto de bens e pertences, ambos mediante pagamento do prêmio de seguro.

	2017	2016
<b>Prêmios emitidos líquidos</b>		
Extensão de garantias	140.580	163.832
Compreensivo residencial	9.306	7.662
Riscos diversos	270.971	276.209
Automóvel	52.427	51.171
Roubo	17.055	27.577
Fiança locatícia	31.430	4.132
Microseguros de danos	29.704	—
DPVAT	27.487	39.591
<b>Total</b>	<b>578.960</b>	<b>570.274</b>
<b>Varição das provisões técnicas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Extensão de garantias	2.130	(8.234)
Compreensivo residencial	(544)	(44)
Riscos diversos	4.323	(32.343)
Automóvel	2.717	(2.843)
Roubo	919	580
Fiança locatícia	(11.938)	(229)
Microseguros de danos	(22.699)	—
DPVAT	(102)	(270)
<b>Total</b>	<b>(25.134)</b>	<b>(43.383)</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Extensão de garantias	(29.644)	(31.712)
Compreensivo residencial	(6.963)	(7.626)
Riscos diversos	(49.143)	(21.939)
Automóvel	(43.398)	(28.180)
Roubo	(90)	25
Fiança locatícia	(6.622)	(1.134)
Microseguros de danos	(921)	—
DPVAT	(23.125)	(33.699)
<b>Total</b>	<b>(159.906)</b>	<b>(124.265)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Extensão de garantias	(99.434)	(107.805)
Compreensivo residencial	(3.567)	(3.161)
Riscos diversos	(149.931)	(149.993)
Automóvel	(4.492)	(3.633)
Roubo	(11.371)	(17.853)
Fiança locatícia	(4.881)	(976)
Microseguros de danos	(3.504)	—
DPVAT	(324)	(554)
<b>Total</b>	<b>(277.504)</b>	<b>(283.875)</b>

Ramos	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Comercialização %	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Extensão de garantias	142.770	155.599	21%	20%	70%	69%
Compreensivo residencial	8.762	7.618	79%	100%	41%	41%
Riscos diversos	275.294	243.965	18%	9%	54%	63%
Automóvel	55.144	48.329	79%	58%	8%	10%
Roubo	17.974	28.156	1%	0%	63%	63%
Fiança locatícia	19.492	3.903	34%	29%	25%	28%
Microseguros de danos	7.005	—	3%	0%	13%	0%
DPVAT	27.385	39.321	84%	86%	1%	1%
<b>Total</b>	<b>553.826</b>	<b>526.891</b>	<b>29%</b>	<b>24%</b>	<b>50%</b>	<b>54%</b>

**c) Outras receitas e (despesas) operacionais**

	2017	2016
Inspeção de risco	(1.159)	(1.033)
Despesa com administração de apólice	(3.894)	(3.877)
Lucros atribuídos	(2.599)	(4.136)
Rastreadores (instalação, manutenção e desinstalação)	(5.672)	(9.615)
Provisões civis	(2.965)	(3.571)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.415)	(341)
Outras receitas e despesas operacionais - DPVAT	(487)	(648)
Outras receitas operacionais cosseguro cedido	5.608	9.754
Clawback em contratos com parceiros	—	8.691
Reversão/(constituição) de impairment recuperação cosseguro cedido	4.322	(4.030)
<b>Total</b>	<b>(9.261)</b>	<b>(8.806)</b>

**d) Despesas administrativas**

	2017	2016
Despesas com pessoal próprio	(19.761)	(19.970)
Despesas com serviços de terceiros	(18.942)	(18.519)
Despesas com localização e funcionamento	(20.841)	(19.175)
Despesas com publicidade e propaganda	(3.385)	(5.992)
Despesas administrativas diversas	(7.107)	(11.097)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(1.864)	(1.876)
<b>Total</b>	<b>(71.900)</b>	<b>(76.629)</b>

**e) Despesas com tributos**

Impostos federais	(16)	(36)
Impostos municipais	(65)	(14)
PIS	(3.010)	(3.180)
COFINS	(18.522)	(19.568)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.277)	(828)
Outros tributos e contribuições	(136)	(194)
<b>Total</b>	<b>(23.026)</b>	<b>(23.820)</b>

**f) Resultado financeiro**

	2017	2016
<b>Receitas financeiras</b>	<b>38.491</b>	<b>40.794</b>
Quotas de fundos de investimentos abertos	12.226	13.759
Certificados de depósitos bancários	1.333	1.720
Títulos de renda fixa privados	2.681	2.207
Títulos de renda fixa públicos	21.210	22.282
Outras receitas financeiras	844	544
Outras receitas financeiras - DPVAT	197	282
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(8.649)</b>	<b>(9.998)</b>
Títulos de renda fixa privados	(13)	(13)
Títulos de renda fixa públicos	(44)	(851)
Outras despesas financeiras	(1.556)	(608)
Outras despesas financeiras - DPVAT	(7.049)	(8.526)
<b>Total</b>	<b>29.842</b>	<b>30.796</b>

**g) Ganhos e perdas com ativos não correntes**

	2017	2016
Outras receitas com capitalização	66	850
Outras receitas não operacionais	2	557
Outras despesas não operacionais	(1)	(9)
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>1.398</b>

**18 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Conciliação entre as alíquotas nominais em 31 de dezembro de:

	2017	2016	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após as participações aos empregados)	40.328	37.348	40.328	37.348
<b>Adições</b>				
Ajustes permanentes	4.843	2.344	4.149	2.330
Ajustes temporários	21.704	15.223	21.704	15.223
<b>Exclusões</b>				
Ajustes permanentes	(4.900)	(4.848)	(4.900)	(4.848)
Ajustes temporários	(19.350)	(3.009)	(19.350)	(3.009)
<b>Base de cálculo</b>	<b>42.625</b>	<b>47.058</b>	<b>41.931</b>	<b>47.044</b>
Alíquotas (15% IR e 20% CS)	(6.394)	(7.059)	(8.386)	(9.409)
Dedução PAT (4%)	245	280	—	—
Dedução licença maternidade	15	26	—	—
Dedução licença paternidade	8	6	—	—
Adicional 10% IR (acima de R\$ 240)	(4.239)	(4.681)	—	—
<b>Imposto corrente do exercício</b>	<b>(10.365)</b>	<b>(11.428)</b>	<b>(8.386)</b>	<b>(9.409)</b>
<b>Impostos diferidos</b>				
Diferenças temporárias (líquidas)	589	3.053	471	2.443
<b>Despesa de IR e CS no resultado</b>	<b>(9.776)</b>	<b>(8.375)</b>	<b>(7.915)</b>	<b>(6.966)</b>

**19 PARTES RELACIONADAS**

**a) Transações com partes relacionadas**

Ativo	31/12/2017	31/12/2016
Cardif Capitalização S.A. (ii)	2.018	4.000
Cardif Ltda. (iv)	15	57
Luizaseg S.A. (iv)	225	—
<b>Total</b>	<b>2.258</b>	<b>4.057</b>
Passivo	31/12/2017	31/12/2016
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	250	462
Cardif Capitalização S.A. (ii)	2.302	3.366
Cardif Ltda. (iii e v)	1.202	696
G.I.E. BNP Paribas Assurance - França (vi)	601	474
BNP Paribas Cardif - Chile (vi)	729	565
<b>Total</b>	<b>5.084</b>	<b>5.563</b>
Receita	2017	2016
Cardif Capitalização S.A. (ii)	10.081	26.576
Luizaseg S.A. (iv)	2.570	—
<b>Total</b>	<b>12.651</b>	<b>26.576</b>
Despesa	2017	2016
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	(1.070)	(1.422)
Cardif Capitalização S.A. (ii)	(16.650)	(36.196)
Cardif Ltda. (iii, iv e v)	(4.151)	(4.346)
G.I.E. BNP Paribas Assurance - França (vi)	(1.104)	(887)
BNP Paribas Cardif - Chile (vi)	(1.897)	(1.439)
<b>Total</b>	<b>(24.872)</b>	<b>(44.290)</b>

(i) As transações com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. compreendem ressarcimentos de custos administrativos e operacionais (Nota 1); (ii) As transações com a Cardif Capitalização S.A. compreendem, compras de títulos de capitalização da modalidade incentivo utilizados para fomentar as vendas de seus produtos de seguros; (iii) Foi assinado contrato com a Cardif Ltda., no qual a Seguradora se compromete a compartilhar a infraestrutura operacional e administrativa, ressarcimento de custos, de desenvolvimento de software operacional; (iv) As transações com partes relacionadas compreendem prestação de serviços, ressarcimentos de custos administrativos e operacionais; (v) As transações de partes relacionadas a Cardif Ltda. referem-se à prestação de serviços de telemarketing; (vi) As transações de partes relacionadas à BNP Paribas Assurance - França e BNP Paribas Cardif - Chile, referem-se à prestação de serviços administrativos e operacionais com a Matriz e a regional. **b) Remuneração do pessoal chave da Administração:** A remuneração do pessoal chave da Administração, que compreende todos os colaboradores com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades



**CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84**



**PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores da  
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, no montante de R\$ 80.222 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, exceto pelo componente “patrimônio líquido ajustado” utilizado de R\$143.961 mil (em 30 de junho de 2017) e R\$146.044 mil (em 31 de dezembro de 2017), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$80.222 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, exceto pelo componente “patrimônio líquido ajustado” utilizado de R\$143.961 mil (em 30 de junho de 2017) e R\$146.044 mil (em 31 de dezembro de 2017), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da

Companhia com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$ 80.222 mil que não foi objeto de nossos exames, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas

demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, exceto pelo componente “patrimônio líquido ajustado” utilizado de R\$143.961 mil (em 30 de junho de 2017) e R\$146.044 mil (em 31 de dezembro de 2017), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia anteriormente referidas da Companhia em 31 de dezembro de 2017, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**

**Consultores Ltda.**

CNPJ 02.189.924/0001-03

CIBA 45

**João Batista da Costa Pinto**

MIBA 944

